



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 149 • Quarta-Feira, 15 de Junho de 2016 • www.portaldogoverno.co.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



NYUSI QUER GESTÃO RIGOROSA DOS RECURSOS NAS FDS

Pág. 3



EM DEFESA DO CONSUMIDOR
Governo aprova regulamento

Pág. 2



PM destaca papel das cooperativas no desenvolvimento das comunidades

Pág. 5



Moçambicanos já podem monitorar e avaliar alimentos fortificados

Pág. 9

Defesa do Consumidor

GOVERNO APROVA REGULAMENTO

O Conselho de Ministros aprovou, esta terça-feira, o Regulamento da Lei de Defesa do Consumidor para garantir os direitos dos cidadãos no que diz respeito à aquisição de produtos para consumo ou utilização. Com a aprovação deste instrumento, há condições para os consumidores reclamarem e verem as suas reivindicações satisfeitas.

Segundo o porta-voz da sessão e Vice-Ministro da Saúde, Mouzinho Saide, o regulamento visa garantir os direitos do consumidor em relação à qualidade dos bens e dos produtos consumidos, formação e informação, protecção da saúde, segurança dos seus direitos económicos e reparação de danos.

Com a aprovação do regulamento, alguns aspectos devem estar patentes nos produtos disponibilizados no mercado. Para o executivo moçambicano, de acordo com Saide, o rótulo tem de ser informativo, estar em língua portuguesa, informar sobre o produto, o prazo e o preço dos produtos".

Mouzinho Saide salientou a necessidade de estarem apresentados os malefícios que certos produtos podem causar ao consumidor.

"Em determinados produtos têm de estar especificados os perigos para a saúde, como são os casos de cigarros e bebidas alcoólicas", frisou a fonte.

A questão da garantia é um dos aspectos que o regulamento traz, de modo a que o consumidor não seja penalizado. "Os comerciantes devem ser responsáveis em caso de o produto não estar adequado para o consumo humano".

O regulamento prevê, ainda, sanções para as entidades que não responderem às necessidades do consumidor, nomeadamente, multas, suspensão da actividade comercial, apreensão de



produtos, bem como proibição de fabrico e venda.

Com a entrada em vigor do regulamento, diversas situações anómalas que têm vindo a ocorrer na actividade comercial em prejuízo do consumidor poderão ter o devido tratamento. Adjudicação de contractos na Bacia do Rovuma

Na sessão desta terça-feira, o executivo moçambicano apreciou a adjudicação para a prestação de Serviços do Projecto Coral Sul FLNG na área da Bacia do Rovuma e a análise do Contracto de Compra e Venda de Gás Natural Liquefeito (LNG) do Projecto Coral Sul.

Mouzinho Saide explicou que foram analisados os pedidos de aprovação da adjudicação do contracto para o fornecimento de engenharia detalhada, aprovisionamento, construção e condicionamento de uma unidade flutuante de Gás Natural Liquefeito.

O dirigente referiu que foi apreciado o pedido de adjudicação para a prestação de serviços de perfuração offshore através de plataformas

flutuantes, bem como o pedido de adjudicação para o fornecimento de equipamento de apoio.

Saide apontou que no mesmo processo foi, também, apresentado o pedido de adjudicação de contrato de fornecimento de submarinos.

Destacou que as empresas que ganharam os processos passaram por um concurso público.

Outros temas abordados

O executivo moçambicano apreciou, ainda, o decreto que aprova o Regulamento de Produção, Transporte, Comercialização e Garantia de Qualidade de Cimentos Correntes.

O regulamento estabelece os requisitos técnico-profissionais de saúde, higiene e segurança e de ambiente a observar na produção, transporte e comercialização de cimentos correntes, bem como estabelece a obrigatoriedade da avaliação da conformidade do cimento nacional e importado.

Apreciou, também, o instrumento que aprova

o Regulamento do Comité Interministerial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens (CIADAJ) e revoga o artigo 2 do Decreto 40/2009, de 4 de Julho.

O decreto visa imprimir dinâmica aos mecanismos de coordenação interministerial dos assuntos da juventude, assegurar uma comunicação eficiente entre as instituições do Estado na recolha e tratamento anual de informação inerente às acções desenvolvidas pelo Governo e parceiros de cooperação, bem como garantir a representação do Comité Interministerial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens a nível provincial e distrital e a monitoria e avaliação dos sectores do Governo em matérias da juventude.

Apreciou o Programa Nacional de Fertilizantes, tendo-se apurado que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar tem estado a incentivar os camponeses a usarem fertilizantes de forma coerente para aumentar a produtividade.

Forças de Defesa e Segurança

NYUSI QUER GESTÃO RIGOROSA DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

O Presidente da República, Filipe Nyusi, recomenda as Forças de Defesa e Segurança (FDS) a apostarem numa gestão rigorosa e disciplinada dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais colocados à disposição para fazer face à actual situação financeira que o país vive.

O Chefe do Estado falava esta segunda-feira, em Maputo, na cerimónia de patenteamento de Oficiais-Generais da Polícia da República de Moçambique (PRM) e de cessação e empossamento dos comandantes dos quatro ramos das Forças Armadas de Moçambique (FADM).

"Como servidores do povo, temos a responsabilidade de honrar, com o sacrifício feito por cada moçambicano, na sua contribuição para o desenvolvimento e bem-estar", apelou o Filipe Nyusi, depois de empossar os Majores-Generais Lázaro Menete, para o cargo de Comandante do Exército, Messias Niposso, Comandante da Força Aérea, Eugénio Mussa, comandante do Serviço Cívico, e o Contra-almirante Eugénio Muatuca, para dirigir a Marinha de Guerra. O Brigadeiro Francisco Mataruca foi empossado como Vice-comandante do Instituto Superior de Defesa e Segurança Armando Emilio Guebuza.

Antes, Eugénio Mussa dirigia o Comando do Exército enquanto Lázaro Menete estava no Comando da Marinha de Guerra.

Messias Niposso vem da Renamo, onde exercia a função de Vice-Comandante do Serviço Cívico.

Na mesma cerimónia,



Nyusi promoveu a Adjuntos Comissários da Polícia cinco membros da PRM, nomeadamente, Aquilace Manda, Bernardo Chicoco, Ernesto Guambe, Julio Bonissela e Zito Maconha. Na sua intervenção, o Chefe do Estado defendeu que a reconciliação no seio das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) é uma das vitórias alcançadas pelos moçambicanos, uma vez que junta oficiais de frentes opostas.

"A reconciliação no seio das FADM é uma das vitórias conseguidas pelos moçambicanos. Esta reconciliação, que hoje junta oficiais que ontem estiveram

em frentes opostas, deve continuar a inspirar os valores de inclusão e de profissionalismo no seio da família das Forças de Defesa e Segurança", referiu o Presidente da República e Comandante em Chefe das FDS, Filipe Nyusi.

O Chefe do Estado criticou a Renamo e o seu líder, Afonso Dhlakama, pelas incursões armadas que têm vindo a realizar em alguns pontos do centro do país, destruindo bens públicos e privados e matando civis e militares, num acto, segundo Nyusi, para tentar forçar o Governo a ceder nas suas exigências, algumas consideradas inconstitucionais.

Para o governante máximo da nação, o povo não pode ser feito refém para se alcançar o poder nem os países vizinhos devem ganhar ódio contra os moçambicanos porque um grupo localizado ataca os seus bens quando transitam pelo país.

"O governo está consciente que o soar das armas não é o caminho certo para a busca da paz. Estamos, igualmente, claros que as incursões com recurso a armas não devem servir de mecanismo para forçar o Governo a consensos inconstitucionais que ferem os princípios democráticos", sublinhou Nyusi, salientando que estamos num Estado democrático e de direito, por

isso, "não devemos abrir espaço para uma convivência dualista, em que, por um lado, partidos civis e, por outro lado, partidos armados".

O Presidente da República prometeu que o governo continuará a busca pela tranquilidade, numa base de diálogo permanente e produtivo. Por isso, o Chefe do Estado voltou a apelar à Renamo a parar com as suas incursões armadas e pautar pelo diálogo.

"Reiteradamente, mais uma vez, convidamos, como não devemos nos cansar, a Renamo e o seu líder ao diálogo profícuo, ao convívio democrático".

Repúdio aos raptos e assassinatos de albinos

Pela passagem, esta segunda-feira, do Dia Mundial de Consciencialização sobre o Albinismo, Filipe Nyusi repudiou a perseguição, o rapto e o assassinato deste grupo social, particularmente nas regiões norte e centro do país.

Momentos após orientar a cerimónia de patenteamento, cessação e tomada de posse de Oficiais-Generais das Forças de Defesa e Segurança (FDS), Nyusi defendeu que "somos chamados, todos nós, à consciência de que a primeira missão nossa, na defesa da pátria, é a protecção das pessoas sem discriminação nem estigmatização".

Destacou que é tarefa de todos repudiar, com vigor, a perseguição, os raptos e os assassinatos dos albinos no país.

Segundo Nyusi, a reflexão sobre a situação dos albinos no país deve ser contínua e permanente. O Dia Mundial de Consciencialização sobre o Albinismo assinala-se, anualmente, a 13 de Junho. A data, proclamada pela ONU para divulgar informação sobre o albinismo e evitar que eles sejam



discriminados, perseguidos e mortos, foi celebrada pela primeira vez em 2015. Em vários países africanos

como Moçambique, os albinos são raptados, feridos ou mortos por ordem de feiticeiros e/ou de

curandeiros, dada a crença de que os seus órgãos possuem poderes mágicos para a riqueza.

PM DESTACA PAPEL DAS COOPERATIVAS NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES



O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, defende que as cooperativas constituem um espaço para o exercício da cidadania e um mecanismo gerador de impacto directo na melhoria das condições de vida das comunidades em que estão inseridas. Reconhecendo o cooperativismo como ferramenta para o desenvolvimento das comunidades, Carlos Agostinho do Rosário referiu que estas organizações

em Moçambique têm um tratamento fiscal preferencial. "Por isso, as cooperativas, principalmente as envolvidas em actividades agrárias, de artesanato e culturais, têm um tratamento fiscal preferencial. Por exemplo, no nosso país, a este tipo de cooperativas é concedida uma redução de 50 por cento da taxa geral do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas".

O Primeiro-Ministro intervinha, esta terça-feira, em Maputo, na abertura da Assembleia Geral da Organização Cooperativista da Comunidade dos Países de

Língua Portuguesa (OCPLP). Do Rosário apontou que as cooperativas constituem plataformas de facilitação de provisão de factores de produção, prestação de assistência técnica, processo no qual os agricultores se juntam para aprender técnicas de produção e assistência técnica pós-colheita, incluindo a comercialização e o agro-processamento. O presidente da Organização Cooperativista, Márcio de Freitas, desafia os governos dos países-membros da CPLP a conhecerem e apostar nas cooperativas como ferramenta

do desenvolvimento das comunidades, principalmente em momentos de crise económica e política. Segundo De Freitas, o cooperativismo tem, hoje, muito mais a oferecer aos governos e aos países. Intervindo no evento, que decorre na capital moçambicana, o presidente da OCPLP salientou que o cooperativismo tem-se mostrado capaz de, através do seu processo livre de organização, mitigar os efeitos nocivos das crises. A cooperativa não tem resultado para aplicar em



derivativos em Nova Iorque para fazer especulação em mercado financeiro. A cooperativa busca resultado para desenvolver as pessoas, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, tem-se mostrado uma ferramenta extraordinária de ajuda às nações em desenvolvimento, afirmou. Para a OCPLP, o cooperativismo é, portanto, a ferramenta adequada para os países que precisam de desenvolver e melhorar a vida da população. Márcio de Freitas explicou que os governos precisam

de conhecer a ferramenta e as pessoas precisam de entender o cooperativismo para poderem se organizar e, com isso, desenvolver as comunidades locais. Eu considero que bons governos são os que pouco atrapalham. Se o governo pouco atrapalhar, as cooperativas se desenvolvem. Muitas vezes os governos atrapalham por desconhecimento, porque não reconhecem a cooperativa como uma ferramenta adequada. É preciso ter as cooperativas reconhecidas

como organismos correctos, não como organismos paralelos. Cooperativa não é terceiro sector, cooperativa faz parte da economia, dos negócios como qualquer outro modelo societário, sublinhou. Sendo reconhecida assim, a cooperativa tem, segundo Márcio de Freitas, oportunidades de prosperidade e de desenvolvimento de seus governos. A Assembleia-Geral da OCPLP aprecia e delibera, entre outros assuntos, sobre a aprovação do relatório da direcção sobre as actividades desenvolvidas;

sobre o relatório de contas referentes ao exercício 2015, os principais desenvolvimentos em cada país, desde a última Assembleia-Geral, e os projectos em curso no presente ano. A agremiação, com sede em Lisboa, capital portuguesa, tem como objectivos o estreitamento das relações entre os movimentos cooperativos dos países lusófonos; intercâmbio e partilha de experiências; acção, fomento e desenvolvimento cooperativo. (AIM)



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Elisete Muiambo, Mavildo Pedro, Leonildo Balango

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia

Abandono ao TARV

RECUPERADOS MAIS DE MIL PACIENTES NA CIDADE DE MAPUTO



No âmbito do processo de busca activa, o Núcleo Provincial de Combate ao HIV/Sida na cidade de Maputo recuperou, nos últimos dois anos, mais de mil doentes que haviam abandonado o Tratamento Anti-Retroviral. Segundo o coordenador deste núcleo, Samuel Quive, o processo é levado com as organizações comunitárias baseadas na urbe e com as famílias dos pacientes, através do diálogo e sessões de sensibilização aos grupos-alvo.

A fonte explicou que as campanhas são realizadas por activistas e educadores formados e reciclados em matéria de sensibilização nas comunidades, feiras de saúde, escolas, hospitais e outros pontos. A sensibilização para aderir ao tratamento é, também, dirigida às mulheres grávidas para a Prevenção da Transmissão Vertical (PVT) e os homens direccionados à circuncisão. Quive explicou que as organizações de pessoas vivendo com HIV/Sida também desempenham o seu papel junto da base de dados das unidades sanitárias da cidade que, com

os conselheiros sensibilizam as famílias para que os pacientes que abandonaram o tratamento retomem e criam espaços de interacção e apoio aos doentes.

A fonte referiu que está em preparação a estratégia de visitas domiciliárias para a sensibilização dos doentes, de modo a não abandonarem o tratamento, oferecendo suplementos nutricionais e apoio psicossocial e educacional. Como forma de dinamizar a actividade e buscar mais pacientes para o tratamento, o Núcleo Provincial de Combate ao HIV/Sida na cidade de Maputo trabalha com 63 grupos de apoio à adesão sanitária, estão a ser revitalizados os cantinhos de aconselhamento e testagem

desaúde e decorre a divulgação de spots publicitários na via pública e nos órgãos de comunicação social. Samuel Quive aponta como desafios do núcleo o contínuo acompanhamento aos pacientes e o registo de boas práticas das organizações comunitárias de base na implementação de projectos de sensibilização, aconselhamento e prevenção do HIV/Sida, bem como para adesão dos doentes ao tratamento.

Dados disponíveis indicam que, até ao fim do primeiro trimestre deste ano, o número de doentes em Tratamento Anti-Retroviral na cidade de Maputo era de 117.573, enquanto a prevalência do HIV/Sida continua nos 16 por cento da população.

Em Cabo Delgado

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA GARANTE ESTÁGIOS E EMPREGO PARA JOVENS



A conjugação de esforços entre o Governo e o sector privado visando o aumento das condições de empregabilidade no país por via de estágios pré-profissionais e a criação de mais postos de trabalho têm vindo a mostrar-se satisfatórias, tendo em conta a crescente resposta do empresariado nesse sentido. Na província de Cabo Delgado, 18 candidatos a emprego, dos quais, 16 mulheres, foram

encaminhados, há dias, para estágios pré-profissionais em diversas instituições e empresas, incluindo a Electricidade de Moçambique (EDM) e Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), nas especialidades de electricidade instaladora e informática, além de outros 26 jovens que optaram pelo auto-emprego.

Muitos jovens, de diversas faixas etárias, estão a ser integrados em empresas e em áreas de especialização, para fins de estágios pré-

profissionais ou para ocuparem vagas, como resposta de algumas empresas que operam no mercado nacional, ao apelo das autoridades laborais, no quadro das conferências sobre estágios pré-profissionais realizadas no país, envolvendo o Governo, empregadores, sindicatos, instituições de ensino, entre outros actores. Além das vagas abertas, outras empresas permitem que jovens frequentem estágios pré-profissionais no âmbito da sua responsabilidade social,

sobretudo por apostarem nos estágios que asseguram a inserção dos jovens finalistas de qualquer nível de ensino no mundo laboral, bem como para o desenvolvimento dos recursos humanos e descoberta de talentos.

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social tem apelado às empresas a aproveitarem o conhecimento científico e as competências individuais para moldar os candidatos, como forma de dotá-los de experiência técnico-profissional, que é uma das abordagens da legislação laboral em vigor no país.

As conferências sobre estágios pré-profissionais reuniram empregadores, trabalhadores, jovens estagiários e finalistas, provedores de emprego e de formação profissional, empresas e agências recrutadoras de mão-de-obra, multinacionais, académicos, engenheiros de diversos ramos de actividade, governantes, entre outros.

Ainda em Cabo Delgado, foram distribuídos 13 kits de equipamento profissional a 79 graduados nas especialidades de canalização, carpintaria, corte e costura, electricidade instaladora, pedreiro e serralharia, cujos cursos foram ministrados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP).



MOÇAMBICANOS JÁ PODEM MONITORAR E AVALIAR ALIMENTOS FORTIFICADOS



O Ministério da Indústria e Comércio, através do Programa Nacional de Fortificação de Alimentos, em parceria com o Programa Mundial de Alimentação (PMA), levou a cabo, nos últimos dias, uma acção de treinamento sobre a técnica I-Checks das amostras dos produtos fortificados, nomeadamente farinhas com ferro, ácido fólico, zinco e vitamina B12 e para óleo e açúcar com vitamina A. A sessão de treinamento tinha

como objectivo dotar os técnicos da Inspecção Nacional das Actividades Económicas (INAE), do Laboratório Nacional de Higiene de Água e Alimentos e das indústrias envolvidas no programa de fortificação de alimentos, de capacidades técnicas do processo de monitoria e avaliação do programa de fortificação de alimentos e treinamento prático sobre a recolha das amostras e análise de alimentos fortificados. O treinamento foi orientado por Anna Zhenchuk, da BioAnalyt (uma companhia alemã) e

contou com a participação técnicos do Ministro da Indústria e Comércio, coordenadora do Comité Nacional de Fortificação de Alimentos, técnicos da INAE, do laboratório e representantes das indústrias, parceiros de cooperação como Helen Keller International, representantes do Malawi e da África do Sul, entre outros. Na abertura do evento, a representante do Ministro da Indústria e Comércio, Eduarda Mungoi, referiu que a formação visa garantir qualidade dos alimentos fortificados e

verificar a implementação deste processo a vários níveis. Destacou que a INAE tem como responsabilidade, no programa de fortificação de alimentos, a colheita de amostras nas indústrias, no mercado e enviar ao laboratório para análises de qualidade. Durante o treinamento, o Comité Nacional de Fortificação de Alimentos (CONFAM) e o PMA fizeram a entrega oficial ao Laboratório Nacional de Higiene de Água e Alimentos, dos kits I-checks e os respectivos reagentes.

MOÇAMBIQUE PODERÁ ADOPTAR SEGURO CONTRA CALAMIDADES



A adopção, por Moçambique, do seguro contra calamidades bem como a adesão à Capacidade Africana de Risco (ARC) constituem medidas que poderão auxiliar o país a ter um mecanismo de financiamento para a gestão do risco de desastres naturais. Trata-se de uma ideia defendida, há dias, durante o seminário de lançamento da Capacidade Africana de Risco, um mecanismo de financiamento para a gestão do risco através do seguro. O Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças, Domingos Lambo, explicou, na abertura do encontro, que o perfil e o risco de calamidades que assolam o país são dos mais altos de África e do mundo, destacando a necessidade de criar mecanismos de defesa e gestão dos mesmos. Só para exemplificar, o

responsável referiu que a cada três anos, o país é afectado por uma calamidade natural, se não forem cheias, são secas. Apontou que, quando o país regista cheias é, também, abatido por um ciclone. "Estamos, igualmente, conscientes que quando os desastres ocorrem, seu impacto é enorme; são dezenas de perdas de vidas humanas e milhares de pessoas que ficam sem abrigo e sem meios de subsistência; perdemos activos económicos e infra-estruturas com elevados custos para o Estado, sector privado e para as famílias", apontou Domingos Lambo. Estudos indicam que Moçambique é o terceiro país mais exposto aos desastres naturais no Mundo e o sexto mais vulnerável de África que, numa periodicidade trienal, sofre tanto de cheias ou seca até mesmo ciclones. Esses desastres custam, ao país, por ano, não menos que



80 milhões de dólares mas, quando atingem o extremo da sua magnitude, chegam a consumir cerca de 600 milhões de dólares, valores difíceis de comportar no Orçamento do Estado para financiar a recuperação e reconstrução pós-calamidades. Para Domingos Lambo, a

adopção do seguro contra os desastres constitui um passo firme e necessário para a materialização da Lei de Gestão de Calamidades, aprovada pela Assembleia da República em 2014, visando reduzir a vulnerabilidade e o risco de calamidades naturais. O Director Nacional Adjunto de



Monitoria e Avaliação, Xavier Chavana, que também esteve no encontro, recomendou o estabelecimento do seguro como um instrumento complementar, efectivo de protecção contra os desastres naturais, a criação da capacidade nacional institucionalmente estável para a modelação, contratação e gestão do seguro contra calamidades. Defende, também, a elaboração de estratégia de financiamento do risco de calamidades contendo opções de protecção do território nacional. A gestora da ARC, Tuga

Alaskary, referiu que Moçambique é um parceiro privilegiado para a cobertura da organização nos próximos anos, com a inclusão de seguros ao aviso prévio, planificação de contingência e financiamento de risco. Em 2012, Moçambique fez parte dos 18 países africanos que se juntaram na cidade sul-africana de Joanesburgo para fundar a ARC, como agência especializada da União Africana para prover, aos países membros, soluções inovadoras de combate aos desastres naturais através de seguros.



INHAMBANE REDUZ USO DE PETRÓLEO DE ILUMINAÇÃO COM ELECTRIFICAÇÃO RURAL

Está a reduzir o uso de petróleo de iluminação nas comunidades da província de Inhambane graças a implementação do projecto de electrificação rural em curso desde ano passado e ao uso de outros recursos como o gás natural e o combustível lenhoso.

A constatação foi apresentada ao governador de Inhambane, Daniel Chapo, durante visita às instituições tuteladas pela direcção provincial dos recursos minerais e energia, nomeadamente as empresas Electricidade de Moçambique (EDM), Petromoc e Fundo Nacional de Energia (FUNAE). Dados apresentados indicam que em 2015 o consumo de energia abrangia 64.951 consumidores, número que subiu para 67.807 no final do primeiro trimestre de 2016. Nos planos da EDM, prevê ligação a 6 mil novos consumidores este ano. Durante o presente ano, pelo menos seis vilas dos distritos de Jangamo e Massinga fora electrificadas, no âmbito do programa de expansão rural da rede eléctrica.

Outros tantos consumidores, nomeadamente famílias, instituições públicas como escolas, hospitais, e privadas estão a beneficiar de energia



fornecida por painéis solares e através do gás natural, candeeiros a pilha e outros recursos.

Além disso, está em curso um trabalho através do Fundo Nacional de Energia para o abandono do uso de petróleo de iluminação na cozinha e preservação da natureza, através da construção de 256 fogões de poupa lenha e carvão em Inhassoro e Govuro. Daniel Chapo foi informado que a PETROMOC já não está ter muita saída com a venda do petróleo de iluminação devido a fraca procura.

Humbero Mucache, delegado da empresa em Inhambane, salientou que os dois tanques de armazenagem de petróleo de iluminação disponíveis naquele ponto

ficam meses cheios por falta de compradores, contrariando o cenário anterior em que este recurso era o mais procurado. Igualmente reduziram as restrições no fornecimento de energia eléctrica em Inhambane devido ao intenso trabalho de melhoramento da qualidade da rede levado a cabo pela EDM. Chapo defendeu a necessidade de haver maior coordenação entre o governo e as empresas para se melhorar o desenvolvimento da província, apelando para a massificação e instalação de fontanários de água multi-funcionais através do uso de painéis solares.

Já Salomão Mujui, director provincial dos Recursos Minerais e Energia, referiu que todas as sedes distritais a

nível da provincial já estão electrificadas através da rede de energia de Cahora Bassa e do gás de Temane fornecida pela Sasol.

Num outro desenvolvimento Mujui disse que para melhorar a qualidade no fornecimento de energia em Inhambane, foi concluída a desmatação dos 90 quilómetros de extensão com 35 metros de largura, preparados 56 bases para implantação de torres para a montagem da linha de 110KVA e 33KV de Lindela, Maxixe a Massinga.

Para a execução destes trabalhos, 802 famílias abrangidas pelo projecto foram indemnizadas num montante avaliado em 132 milhões de meticais.



CERIMÓNIA DE PATENTEAMENTO DOS OFICIAIS DAS FDS E EMPOSSAMENTO DE COMANDANTES DOS QUATRO RAMOS DAS FADM



Lázaro Menete, Comandante do Exército



Messias Niposso, Comandante das FA



Eugénio Muatuca, Comandante da MG



Eugénio Mussa, Comandante do SC



Acto de juramento dos cinco oficiais de Policia promovidos a Adjunto Comisário

